



Por uma internacionalização crítica da educação: uma análise da política de internacionalização do Instituto Federal do Paraná

For a critical internationalization of education: an analysis of the internationalization policy of the Federal Institute of Parana

Por una internacionalización crítica de la educación: un análisis de la política de internacionalización del Instituto Federal de Paraná

 Alencar Guth E-mail: alencar.guth@ifpr.edu.br
 Instituto Federal do Paraná, Brasil



Resumo: Os modelos tradicionais de internacionalização da educação foram historicamente moldados por instituições de países do Norte Global, reproduzindo, sob a chancela da ciência moderna, desigualdades epistemológicas e culturais no meio acadêmico. Resistindo a esses padrões, este artigo objetiva analisar as concepções de internacionalização que embasam a política de internacionalização do Instituto Federal do Paraná (IFPR), à luz de uma perspectiva decolonial e crítica da internacionalização da educação. Frente a isso, a pesquisa propõe uma reorientação desses processos com base no pensamento de fronteira e na valorização das epistemologias do Sul, destacando a necessidade de se reconhecer saberes marginalizados e práticas horizontais de cooperação locais e globais. As análises revelam uma tentativa concreta do IFPR de problematizar padrões eurocêntricos ao adotar o princípio da reciprocidade, ao promover parcerias Sul-Sul e ao desenvolver uma cultura de internacionalização compreensiva e em casa, entre outros aspectos adotados para uma internacionalização mais crítica da educação.

Palavras-chave: internacionalização; Instituto Federal; decolonialidade.

Abstract: Traditional models of internationalization in education have historically been shaped by institutions from the Global North, reproducing epistemological and cultural inequalities in academia under the endorsement of modern science. Resisting these patterns, this article aims to analyze the conceptions of internationalization underlying the internationalization policy of the Federal Institute of Paraná (IFPR), through a decolonial and critical perspective on education internationalization. In this context, the research proposes a reorientation of these processes based on border thinking and the valorization of Southern epistemologies, emphasizing the need to recognize marginalized knowledge and promote horizontal cooperation practices both locally and globally. The analysis reveals a concrete attempt by IFPR to challenge Eurocentric patterns by adopting the principle of reciprocity, fostering South-South partnerships, and developing a culture of comprehensive and home-based internationalization, among other aspects aimed at a more critical internationalization of education.

Keywords: internationalization; Federal Institute; decoloniality.

Resumen: Los modelos tradicionales de internacionalización de la educación han sido históricamente moldeados por instituciones del Norte Global, reproduciendo desigualdades epistemológicas y culturales en el ámbito académico bajo el respaldo de la ciencia moderna. En resistencia a estos patrones, este artículo tiene como objetivo analizar las concepciones de internacionalización que fundamentan la política de internacionalización del Instituto Federal de Paraná (IFPR), desde una perspectiva decolonial y crítica de la internacionalización educativa. Ante esto, la investigación propone una reorientación de estos procesos con base en el pensamiento de frontera y en la valorización de las epistemologías del Sur, destacando la necesidad de reconocer saberes marginados y fomentar prácticas de cooperación horizontal tanto locales como globales. Los análisis revelan un intento concreto del IFPR de cuestionar patrones eurocéntricos al adoptar el principio de reciprocidad, promover asociaciones Sur-Sur y desarrollar una cultura de internacionalización comprensiva y en casa, entre otros aspectos adoptados para una internacionalización más crítica de la educación.

Palabras clave: internacionalización; Instituto Federal; decolonialidad.

Introdução

Em pesquisa de mestrado, enquanto discente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), dissertei sobre um programa de internacionalização universitária daquela instituição, o PrInt/UFPR, a partir de uma perspectiva decolonial de leitura, baseado também nos pressupostos da Linguística Aplicada para investigar as suas políticas linguísticas institucionais. Na ocasião, situei e problematizei a universidade enquanto um lugar de fronteiras, as quais delimitam o saber que é considerado legítimo, científico e hegemônico em oposição ao saber tido como popular, das epistemologias do Sul; localizei e questionei a universidade como um espaço onde se produz conhecimento, mas onde também já se desprezaram muitos deles. Desde então, com o objetivo de problematizar a colonialidade na produção do conhecimento — e na internacionalização da educação — tenho entendido tanto a universidade quanto os institutos federais como lugares em que se está desenvolvendo um pensamento de fronteira [Mignolo, 2020].

Nesses lugares, quando o assunto é a internacionalização da educação, é preciso, então, buscar práticas que cruzem, problematizem, borrem as fronteiras — ou que se façam nelas —, tanto as fronteiras entre nações e instituições quanto as fronteiras epistemológicas que tendem a privilegiar os saberes cristalizados no Norte Global. Desse modo, é possível dar mais espaço ao Sul Global no mapa da internacionalização, tanto o Sul enquanto territórios e instituições, os quais tendem a ser menos buscados nos processos de cooperação, quanto o Sul enquanto campo epistêmico, que tende a ser posto à margem da validação do conhecimento científico moderno.

Neste artigo, agora como docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR), objetivo apresentar uma breve análise da Resolução CONSUP/IFPR n.º 163, de 14 de dezembro de 2023, a qual dispõe sobre a política de internacionalização no âmbito do IFPR, relacionando-a com noções de internacionalização crítica e do pensamento decolonial. Esta análise tem a finalidade de colocar em suspenso as relações de internacionalização que privilegiam países hegemônicos, buscando dar espaço à internacionalização que valorize as práticas educacionais em países do Sul Global, com ênfase no princípio da reciprocidade, valorizando também a internacionalização compreensiva e em casa.

Repensando a internacionalização da educação

São inúmeros os teóricos que conceituaram a internacionalização ao longo do tempo. Os mais citados afirmam que internacionalização consistiria de múltiplas atividades em estudos internacionais, intercâmbios e cooperação técnica [Arum; Van de Water, 1992]; seria o processo que integra dimensões internacionais e interculturais no ensino, na pesquisa e nos serviços de uma instituição [Knight, 1994]; também consistiria em qualquer esforço para colocar a educação superior à disposição das demandas da globalização das sociedades, da economia e dos mercados de trabalho [Van Der Wende, 1997]; representaria, enfim, o processo de transformação de uma instituição nacional em uma instituição internacional, a fim de incluir a dimensão internacional a todos os aspectos da manutenção holística da internacionalização para melhorar o ensino/aprendizagem e para atingir as habilidades desejadas [Soderqvist, 2002].

Essas concepções, pautadas muitas vezes em números e *rankings*, erigem de práticas educacionais concebidas e reguladas em instituições de ensino de países hegemônicos, as quais, paradoxalmente, têm direcionado as ações dos órgãos de fomento e influenciado as políticas institucionais das instituições de ensino superior do Sul Global, que acabam inseridas em relações desiguais com instituições localizadas em países do Norte Global. Assim, as instituições menos privilegiadas nesses contextos são incentivadas a adotar uma cultura de base eurocêntrica com o objetivo de alcançar avanços tecnológicos, científicos e em outras áreas que influenciem nos seus processos de internacionalização [Macedo, 2020].

Por isso, então, especialmente em países do Sul Global, essas bases da internacionalização já estão sendo repensadas, e as suas práticas começam a ser orientadas por um pensamento decolonial sobre esses processos dentro de uma globalização desigual. Segundo [Leal e Moraes \[2018\]](#), uma abordagem crítica da internacionalização do ensino se contrapõe às tendências eurocêntricas e neocoloniais presentes na educação universitária. Em vez de seguir uma lógica neoliberal de globalização, que impõe uma hierarquia de saberes centrada no ocidente e que desconsidera a diversidade cultural ao privilegiar uma cultura hegemônica, propõe-se um movimento de decolonização. Esse movimento busca valorizar conhecimentos historicamente marginalizados, dar espaço a vozes silenciadas e reconhecer linguagens subalternizadas, além de rejeitar modelos padronizados de internacionalização. Nesse cenário, quando a internacionalização do ensino superior se dá por meio de relações cooperativas, diversas e horizontalizadas, pautadas em inclusão social, ela contribui para que as instituições de ensino se conectem em bases mais equitativas, favorecendo a formação de sujeitos políticos críticos, engajados com a realidade complexa do mundo globalizado, atentos às questões relevantes de suas sociedades e comprometidos com o futuro de seus povos.

Dessa forma, assim como propus na dissertação de mestrado, sugiro que as instituições de ensino sejam compreendidas como espaços de fronteira capazes de fomentar um pensamento crítico situado nas margens. Conforme argumenta [Mignolo \[2020\]](#), o pensamento de fronteira representa uma perspectiva crítica voltada à produção de saberes que contestam a hegemonia eurocêntrica. Essa abordagem busca deslocar o centro do conhecimento tradicional, valorizando as experiências e perspectivas de grupos historicamente excluídos. Segundo [Quijano \[1992, 2010\]](#), a consolidação da modernidade e da racionalidade moderna implicou a desqualificação de saberes que não se alinhavam com os padrões europeus. No entanto, essa realidade tem passado por transformações, à medida que conhecimentos antes considerados apenas como objetos de estudo passam a ser reconhecidos como formas legítimas de enunciação ([Mignolo, 2020](#)). Tais saberes ganham força em espaços de fronteira e se articulam com o conceito de diferença colonial, que [Mignolo \[2020\]](#) entende como resultado da organização do mundo pelo pensamento colonial/moderno. Essa lógica está sustentada pela colonialidade do poder — um sistema que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas. A diferença colonial, portanto, além de ser um produto da colonialidade do poder, é também sua base de sustentação, legitimando a marginalização dos saberes e a opressão de povos historicamente subordinados ([Mignolo, 2020](#)). Dentro desse cenário, [Mignolo \[2020\]](#) enfatiza que o pensamento de fronteira é inseparável da compreensão da diferença colonial, uma vez que ele nasce exatamente das vivências e das vozes subalternas. É por meio da colonialidade do poder que se estruturam dicotomias impostas pela modernidade/colonialidade — como europeu e não europeu, verdadeiro e falso, moderno e arcaico, civilizado e não civilizado — perpetuando a exclusão e a desvalorização de outros saberes.

Por isso, compreender essa diferença colonial é fundamental para que as políticas de internacionalização das instituições de ensino, especialmente daquelas situadas no Sul Global, como os institutos federais do Brasil, avancem de forma crítica e comprometida com uma proposta decolonial de produção do conhecimento. A internacionalização crítica do ensino superior propõe romper com práticas eurocêntricas e neoliberais, defendendo uma perspectiva decolonial que valoriza saberes marginalizados e promove relações horizontais e inclusivas entre instituições e locais não hegemônicos. Inspirada no pensamento de fronteira e na crítica à colonialidade do poder, essa abordagem busca construir um conhecimento plural, enraizado nas realidades locais e atento às vozes historicamente silenciadas, especialmente no contexto do Sul Global.

Uma breve análise da política de internacionalização do IFPR

Com base no pensamento apresentado na seção anterior, isto é, levando em conta uma noção crítica e decolonial das práticas de internacionalização, analiso, a partir daqui alguns pontos da Resolução CONSUP/IFPR nº 163, a qual “dispõe sobre a Política de Internacionalização no âmbito do IFPR” [2023a]. De início, o documento resolve

Art. 1º Estabelecer a Política Institucional de Internacionalização **vinculada aos processos de ensino, pesquisa, extensão**, inovação, gestão e qualificação de pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, nos termos desta resolução, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional [PDI] **a fim de estabelecer ambiente e cultura de cooperação internacional** [Instituto Federal do Paraná, 2023a, grifo nosso].

Como primeiro ponto de análise, observo que, em seu primeiro artigo, a política de internacionalização do instituto se associa à sua missão, que visa

promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do **ensino, pesquisa e extensão**, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o **desenvolvimento local e regional** [Instituto Federal do Paraná, 2023b].

Pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a política de internacionalização pode elevar a missão do instituto a um nível internacional, visto que esta privilegia as atividades de desenvolvimento locais e regionais, o que, em um mundo globalizado, tem fronteiras cada vez mais permeáveis. Isso permite promover o pensamento de fronteira [Mignolo, 2020] de que tratei anteriormente, isto é, enquanto o instituto busca o desenvolvimento local e regional, enquanto produz o seu conhecimento localmente, desde que valorize as epistemologias locais, poderá promover uma cultura de cooperação internacional, sem dissociar um processo do outro. Assim, os conhecimentos locais se tornarão, também, internacionais — e não se buscará somente assimilar conhecimentos externos como mais válidos cientificamente.

Ainda, ao estabelecer ambiente e cultura de cooperação internacional no instituto, isto é, ao se criar uma espécie de *ethos* internacional, um imperativo que mexe com os valores da instituição, e não somente atividades pontuais que venham a beneficiar apenas alguns sujeitos envolvidos no processo, como mobilidade internacional, participação em palestras, estudos de língua adicional etc., atividades que constituiriam um modelo mais tradicional de internacionalização, o documento busca o que Hudzik [2011] denomina internacionalização compreensiva:

Internacionalização compreensiva é um compromisso, confirmado por meio da ação, de inserir perspectivas internacionais e comparativas por meio do ensino, pesquisa e missões de serviço no ensino superior. Isso define **valores e ethos institucionais e atinge toda a empresa de educação superior**. É essencial que isso seja acolhido pelas autoridades institucionais, administração, professores, estudantes e todos os serviços acadêmicos e unidades de apoio. É **um imperativo institucional, e não apenas uma possibilidade desejada**. Internacionalização compreensiva não impacta apenas toda a vida no campus, mas também os marcos de referência externos, as parcerias e relações da instituição [Hudzik, 2011, p. 6].

A partir dessa perspectiva, ao se estabelecer um ambiente, uma cultura, um *ethos*, valores de internacionalização, enfim, a instituição contagia-se por essa qualidade e não a desassocia dos seus

processos educativos. A internacionalização deixa de ser uma dimensão periférica ou acessória e passa a constituir um princípio estruturante das práticas pedagógicas, curriculares e institucionais. Esse contágio transforma a maneira como o conhecimento é produzido, compartilhado e valorizado, promovendo uma abertura permanente ao diálogo intercultural, à pluralidade epistêmica e à construção de saberes colaborativos. Nesse cenário, os sujeitos da comunidade acadêmica passam a se reconhecer como agentes de um processo formativo global-local, em que a identidade institucional se fortalece justamente na articulação entre a valorização dos saberes locais e o engajamento com desafios e perspectivas internacionais. Trata-se, portanto, de uma internacionalização que não se sobrepõe ou se submete à missão da instituição, mas se associa a ela e a aprofunda, tornando-se uma via concreta de formação crítica, cidadã e comprometida com a transformação social no contexto do Sul Global.

Seguindo na leitura do documento, ao conceituar o que entende por internacionalização e por mobilidade, o documento que estabelece a política de internacionalização do IFPR destaca o caráter de reciprocidade da internacionalização, indo além de um processo de busca por benefícios externos, especialmente no Norte Global:

I - Internacionalização: processo que permite **um olhar de dentro para fora**, enfatizando a capacidade e a habilidade da instituição para **se tornar parte integral da construção do conhecimento no mundo, não somente para se beneficiar dele, mas também para contribuir com seu desenvolvimento**; II - Mobilidade: livre-trânsito de servidores e discentes entre o IFPR e instituições parceiras [que podem ser Instituições de Ensino/Universidades; empresas Internacionais para compartilhamento de tecnologias; Organizações Não Governamentais com ações de ensino], devidamente amparado por acordos de cooperação [que é um instrumento jurídico hábil para a formalização, entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, de interesse na **mútua cooperação técnica**, visando à execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou evento de **interesse recíproco**] ([Instituto Federal do Paraná, 2023a](#), grifo nosso).

Essa conceituação de internacionalização converge com a análise anterior sobre a associação entre a missão do instituto com a sua política de internacionalização: enquanto produz o seu conhecimento localmente o instituto se torna parte integral do conhecimento no mundo. Nesse sentido, Buckner e Stein (2020, p. 160) demonstram como a internacionalização deve ser um mecanismo para “resultados recíprocos ou transformadores, que desafia e/ou amplia as visões de mundo dos alunos, ressignificando a dinâmica de poder relações interculturais, ou aumentando a equidade epistêmica entre diferentes comunidades e nações”. Essa equidade epistêmica, portanto, visa reconhecer o pensamento de fronteira e a diferença colonial ([Mignolo, 2020](#)) de que tratei anteriormente, os quais são constituintes do conhecimento do/no Sul Global.

Ao promover uma política de internacionalização que preza pela mútua cooperação técnica e pelo interesse recíproco, ao buscar se tornar parte integral da construção do conhecimento no mundo, não somente para se beneficiar dele, mas também para contribuir com seu desenvolvimento, o IFPR está se posicionando como um agente ativo na produção de uma internacionalização contra-hegemônica, capaz de romper com a lógica colonial de circulação e validação do conhecimento. Se incorporar o pensamento de fronteira ([Mignolo, 2020](#)), a instituição reconhece que não há uma única forma legítima de conhecer o mundo, e que os saberes acadêmicos devem dialogar com outras racionalidades — indígenas, populares, quilombolas, camponesas — em pé de igualdade. Isso significa que a internacionalização não pode mais ser vista como uma via de mão única, na qual os países do Sul apenas importam

modelos prontos ou replicam padrões eurocentrados. Pelo contrário, trata-se de um processo de trocas simétricas, no qual o IFPR se afirma como espaço de resistência epistêmica e inovação pedagógica, comprometido com a construção de um conhecimento plural, situado e socialmente referenciado. Essa postura não apenas amplia o alcance da internacionalização, mas redefine seu sentido político, transformando-a em uma ferramenta de justiça social e de superação das desigualdades globais na produção do saber.

O terceiro artigo da resolução reforça esses aspectos e explicita a intenção em internacionalizar o/com o/para o Sul Global:

Art. 3º O princípio da reciprocidade deve nortear as relações entre o IFPR e seus parceiros internacionais, visando ao equilíbrio nas ações de internacionalização. [...] § 2º As ações de internacionalização deverão incentivar e fomentar, sempre que possível, o estreitamento das relações com instituições do **continente africano, bem como com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP] e América Latina, de modo a favorecer o desenvolvimento social, tecnológico e econômico por meio da cooperação Sul-Sul** [Instituto Federal do Paraná, 2023a, grifo nosso].

Mais uma vez o documento se refere a esse equilíbrio da reciprocidade (e não a ações unilaterais), o que proporciona a criação de ambiente e cultura internacionais, de um *ethos* internacional, de uma internacionalização compreensiva. Além disso, figuram como centrais para esses processos de internacionalização países africanos e latino-americanos, que não costumam aparecer em acordos de cooperação quando se trata de uma internacionalização pautada em valores neoliberais e neocoloniais. Essa postura também coloca em suspenso o tratamento quantitativo que é dado à internacionalização muitas vezes, a qual é medida a partir de *rankings* e parâmetros formulados pelas instituições do Norte Global a fim de beneficiarem a si mesmas. O documento se propõe a reverter algumas assimetrias que

tensionam as relações de internacionalização entre norte e sul global [e] estão circunscritas em termos [de] mobilidade internacional anglófona [com destaque para Estados Unidos, Austrália, Canadá e Reino Unido], rankings acadêmicos internacionais com critérios estabelecidos por instituições do Norte Global, racismo epistemológico e acadêmico sustentado pelo monolinguismo em inglês e hegemonia de periódicos do Norte Global. Essas práticas hegemônicas de internacionalização podem ser quebradas ao se compor uma polifonia de vozes em torno do que é como internacionalizar as IES localizadas na América Latina [Piccin; Finardi, 2021] e em outras regiões que compõem o Sul [Lourenço; Neres, 2024, p. 16-17].

Além dos pontos analisados anteriormente, as diretrizes do Art. 4º da política de internacionalização do IFPR também demonstram uma abordagem abrangente, crítica e inclusiva da internacionalização, ao tratá-la como um processo estratégico de desenvolvimento institucional e não apenas como mobilidade acadêmica. Elas valorizam a internacionalização em casa, da qual trato adiante, ao integrarem a dimensão internacional aos currículos, ao fomentarem competências interculturais e ao promoverem ambientes de aprendizagem inclusivos. A política também destaca a valorização da língua portuguesa e da cultura brasileira, além de reforçar a importância de parcerias institucionais, diplomáticas e da transparência por meio da comunicação de dados sobre a internacionalização. Com forte ênfase na inclusão social, na formação integral e na cidadania global, o IFPR assume a internacionalização como um instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, fortalecimento da pesquisa e projeção internacional da instituição.

Os objetivos apresentados no quinto artigo da resolução revelam um esforço institucional para inserir a internacionalização de forma transversal e estratégica em todas as dimensões do instituto. A política valoriza tanto a mobilidade física [receptiva e emissiva de discentes e servidores], quanto a mobilidade intelectual, ao incentivar o ensino de línguas, a produção científica internacional, a internacionalização do currículo e a integração de temas globais em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Há um equilíbrio entre a busca por visibilidade institucional no cenário internacional e a promoção de iniciativas inclusivas e regionais, como o fortalecimento de parcerias na América Latina e com países da CPLP. Além disso, destaca-se a intenção de institucionalizar uma cultura de internacionalização, com reflexos diretos na formação docente, na gestão, na inovação e no empreendedorismo. Ao prever ações estruturantes como o fortalecimento dos centros de línguas, acolhimento de estrangeiros, criação de cursos em línguas estrangeiras e valorização das equipes técnicas, o documento posiciona a internacionalização não como um fim em si, mas como um meio para aprimorar a qualidade acadêmica e ampliar o impacto social da instituição.

Por fim, para concluir as análises, um aspecto que consta nas diretrizes na resolução e que, de certa forma, encapsula todos os outros é a política da instituição por uma internacionalização em casa. O documento a define dessa forma:

Internacionalização em Casa: integração intencional de dimensões internacionais e interculturais ao currículo formal e informal para toda a comunidade de aprendizagem doméstica a partir das dimensões: [1] a internacionalização de currículos, [2] as experiências de aprendizagem interculturais e internacionais, [3] os debates e exposições e ciclos temáticos internacionais, [4] as comunidades de prática e os projetos conjuntos entre estudantes nacionais e estrangeiros, [5] os serviços voluntários que promovam a interação entre estudantes locais e estrangeiros, [6] o fomento ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e [7] a promoção do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como mecanismo facilitador da mobilidade virtual [Instituto Federal do Paraná, 2023a].

Esse modelo de internacionalização abre a possibilidade de se desenvolver uma internacionalização mais inclusiva, isto é, permite que se incluam saberes, línguas e culturas não hegemônicas nos currículos e nas práticas internacionais e interculturais, possibilitando atividades que vão além de práticas de internacionalização mais custosas e que beneficiariam menos sujeitos, como as atividades de mobilidade internacional. Além disso, pode borrar as fronteiras e distâncias entre culturas e saberes no uso das TICs, que permite a prática de internacionalização mais democrática, desde que considerando as desigualdades que ainda assolam os contextos em que os *campi* do IFPR se encontram, como a precariedade de instalações e a dificuldade de acesso de discentes a equipamentos e internet de qualidade.

Mas a internacionalização em casa não deve ser considerada como uma segunda opção, isto é, uma alternativa para aquelas que não teriam a chance de acessar uma suposta internacionalização de verdade, para fora, uma internacionalização pautada na mobilidade. A partir do momento em que a instituição adota a proposta de internacionalização em casa, essa escolha se torna muito mais do que uma simples estratégia institucional; ela se configura como um imperativo para a própria identidade e missão da instituição. Nesse contexto, a internacionalização deixa de ser um processo limitado à mobilidade física de docentes e discentes ou à adesão a modelos externos de ensino e pesquisa; ela passa a ser uma prática integrada ao cotidiano acadêmico, profundamente integrada às atividades pedagógicas, culturais e administrativas da instituição. Ao assumir esse compromisso, então, o IFPR começa a construir um *ethos* internacional, um ambiente acadêmico que incorpora e valoriza dimensões

internacionais de forma acessível e inclusiva dentro do próprio contexto local. Constitui-se, assim, uma internacionalização compreensiva, como já analisei anteriormente, que se configura como um processo contínuo e dinâmico, que vai além da simples implementação de programas de intercâmbio ou de parcerias formais com instituições do exterior; ela envolve a criação de uma cultura institucional que permite que toda a comunidade acadêmica, incluindo docentes, técnicos, discentes, responsáveis e comunidade externa, tenha acesso a uma diversidade de saberes, práticas e experiências interculturais, sem a necessidade de deslocamentos físicos. Assim, a internacionalização em casa promove uma transformação significativa, não apenas no currículo, mas também na maneira como a instituição se posiciona no mundo globalizado, criando um espaço de aprendizado que é ao mesmo tempo local e global, profundamente interligado com as realidades e desafios da cidadania no Sul Global.

Considerações finais

A internacionalização da educação, especialmente em instituições situadas no Sul Global, precisa ser repensada para superar as desigualdades estruturais impostas pelas lógicas neoliberais e [neo]coloniais. O processo de internacionalização tradicional tem sido amplamente moldado por práticas educacionais originárias de países hegemônicos, que impõem um modelo unificado de ensino, pesquisa, extensão e cooperação. Entretanto, ao adotar uma abordagem decolonial e crítica, é possível reconfigurar esses processos de forma mais inclusiva e equitativa, valorizando saberes e culturas marginalizados ao longo da história. A internacionalização, portanto, deve se afastar de um modelo hierárquico e buscar, em vez disso, relações horizontais e recíprocas entre as instituições do Sul e do Norte Global.

Nesse sentido, a política de internacionalização do IFPR apresenta uma proposta inovadora, alinhada à sua missão, bem como a uma perspectiva crítica e decolonial. A resolução n.º 163 do IFPR destaca a importância da reciprocidade nas parcerias internacionais e promove a integração de países do Sul Global, como da África, da América Latina e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ao estabelecer o princípio da cooperação Sul-Sul, o IFPR busca equilibrar as relações de poder que, historicamente, têm favorecido as instituições do Norte Global. Além disso, a proposta de uma internacionalização compreensiva e em casa permite que toda a comunidade acadêmica se beneficie das dimensões internacionais e interculturais, independentemente da mobilidade física, o que amplia o alcance e a inclusão do processo de internacionalização.

E, para concluir, uma observação por uma internacionalização crítica: como deve ser em um contexto do Sul Global, toda política exige vigilância constante. A internacionalização, mesmo quando fundamentada em princípios críticos, de reciprocidade e de cooperação Sul-Sul, precisa estar sempre atenta ao risco de reprodução das dinâmicas coloniais que continuam a permear as relações de poder entre as instituições. A política de internacionalização do IFPR, ao se propor inclusiva e crítica, deve ser constantemente reavaliada pelos sujeitos de toda a comunidade acadêmica para garantir que as ações implementadas não reforcem, ainda que indiretamente, as desigualdades epistemológicas e culturais que historicamente marginalizam saberes do Sul.

Referências

ARUM, S.; VAN DE WATER, J. The Need for a Definition of International Education in U.S. Universities. In: KLASEK, C. B. [ed.]. **Bridges to the Futures: Strategies for Internationalizing Higher Education**. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992. Cap. 12, p. 191-203.

BUCKNER, E.; STEIN, S. What Counts as Internationalization? Deconstructing the Internationalization Imperative. *Journal of Studies in International Education*, v. 24, n. 2, p. 151-166, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1028315319829878>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1028315319829878>. Acesso em: 24 jul. 2025.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive internationalization**: from concept to action. Washington DC: NAFSA [Association of International Educators], 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR nº 163, de 14 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a Política de Internacionalização no âmbito do IFPR. Curitiba/PR: CONSUP/IFPR, 2023a. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2868990&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 7 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Missão, Visão e Valores**. Atualizado em 21 novembro, 2023b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/missao-e-valores/>. Acesso em: 7 maio 2025.

KNIGHT, J. **Internationalization**: Elements and Checkpoints. Research Monograph, n. 7. Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1994.

LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. *Education Policy Analysis Archives*, v. 26, n. 87, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3026>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3026>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LOURENÇO, R. L.; NERES, C. C. Práticas sociais para uma internacionalização crítica e decolonial na universidade pública. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e94759, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94759>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rhKwzVMbmzHyLX5XznwQBpf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MACEDO, M. S. A. N. Internacionalização do Ensino Superior: uma perspectiva decolonial. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 6, n. 1, p. 91-103, jan.- abr. 2020.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.

PICCIN, G. F. O.; FINARDI, K. R. Abordagens críticas/decoloniais na educação superior: [in]visibilidades nas/das epistemologias de [des]construção das internacionalizações. *Línguas & Letras*, v. 22, n. 52, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/1981-4755.20210005>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/27121>. Acesso em: 11 maio 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Peru Indígena*. v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. [org.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. Parte 1, Cap. 2, p. 73-117.

SODERQVIST, M. *Internationalization and Its Management at Higher Education Institutions: Applying Conceptual, Content and Discourse Analysis*. Helsinki: Helsinki School of Economics, 2002.

VAN DER WENDE, M. Missing Links: The Relationship between National Policies for Internationalisation and Those for Higher Education in General. In: KALVERMARK, T.; VAN DER WENDE, M. [ed.]. *National Policies for the Internationalisation of Higher Education in Europe*. Hogskoleverket Studies 1997:8 S. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997. pp. 10-31.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA

ABNT: GUTH, A. Por uma internacionalização crítica da educação: uma análise da política de internacionalização do Instituto Federal do Paraná. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, v. 27, n. 1, e27123512, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n12025.23512>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23512>.

APA: Guth, A. [2025]. Por uma internacionalização crítica da educação: uma análise da política de internacionalização do Instituto Federal do Paraná. *Vértices [Campos dos Goitacazes]*, 27(1), e27123512. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n12025.23512>.

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Alencar Guth – Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná [UFPR]. Docente de língua portuguesa e de língua inglesa no Instituto Federal do Paraná [IFPR] Campus Colombo/PR – Brasil. E-mail: alencar.guth@ifpr.edu.br.

FINANCIAMENTO

O autor declara não ter tido financiamento externo para a pesquisa que originou deste artigo.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

O autor declara que não houve uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

Este documento é protegido por Copyright © 2025 pelo Autor

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.

NOTA

Este artigo faz parte do Dossiê Temático “Revisitando a internacionalização: discussões e desafios sobre políticas de internacionalização na educação” selecionado no Edital n. 77/2024 para publicação na *Vértices*.